

febem paulista



“Vestibular para cadeia”

Em São Paulo, um dos Estados mais atrasados na aplicação do ECA, o governo tenta reformar o atendimento a crianças e adolescentes infratores em meio a uma grave crise

Flávio Dagli

Cada nova notícia de rebelião na Febem paulista expõe com mais clareza o caos no qual a instituição está imersa. Apenas nos cinco primeiros meses deste ano, a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor de São Paulo já passou por 28 motins, o mesmo número registrado ao longo de todo o ano passado. Até o final de maio mais de 1.000 internos fugiram – a grande maioria foi recapturada –, quase o mesmo número de todo 2004. O que mais chama a atenção, porém, é o aumento da violência empregada pelos adolescentes. Em março, na unidade de Franco da Rocha (na Região Metropolitana de São Paulo), ocorreu o primeiro caso de estupro de uma funcionária. E em maio foi encontrado, pela primeira vez, um revólver calibre .38 em poder dos internos durante uma rebelião no Complexo Raposo Tavares. A intensificação das rebeliões e da violência ocorrem em meio ao anúncio do mais importante passo do projeto de reforma da Febem paulista, que se estende desde 2001 – a regionalização da instituição, com a construção de 41 pequenas unidades, com capacidade para no máximo 40 internos, no interior do Estado. “Nem Febem vai se chamar mais”, disse o governador Geral-

do Alckmin ao apresentar as maquetes das novas unidades, em maio. Anteriormente, na tentativa de achar um rumo para a instituição, Alckmin já havia tirado a Febem da tutela da Secretaria da Juventude, passando-a à Secretaria da Educação, para, em agosto do ano passado, colocá-la sob a jurisdição da Secretaria de Justiça.

A proposta de regionalização não é nova – vem desde a administração de Mário Covas (1995-2001) – nem inédita – está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. “O Estado de São Paulo está 15 anos atrasado”, diz o padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Menor, em entrevista à REPORTAGEM, referindo-se à implantação do ECA.

Grande conquista O Estatuto foi a grande conquista dos grupos de direitos humanos para a política voltada à criança e ao adolescente após o fim da ditadura militar. Diferente dos estatutos anteriores, os Códigos de Menores de 1927 e 1979, que tratavam os jovens sob um ponto de vista assistencialista e eram restritos aos abandonados e/ou delinquentes, o ECA passou a enxergar crianças e adolescentes como um estrato espe-

cial da população e foi o primeiro a conferir-lhes direitos específicos. Pelo ECA, crianças e adolescentes têm, por exemplo, direito a opinião e expressão, a participar da vida política e a buscar refúgio, auxílio e orientação junto às autoridades.

O ECA também abandonou a ênfase na política punitivo-repressiva no tratamento dos infratores, estabelecendo normas para a detenção, que deveriam ser seguidas pela Febem – como a que determina que os internos devem ficar em instalações localizadas nas suas cidades de origem, próximos de suas famílias. Pelo menos no caso paulista, sabe-se, essa é uma norma pouco cumprida, já que crianças e adolescentes de todos os Municípios do Estado são levadas à capital ou outras poucas cidades interioranas.

Não é somente nesse ponto que a Febem paulista fere o ECA: são inúmeras as denúncias de torturas e maus-tratos por parte dos funcionários, além da falta de um plano pedagógico. “Só mandavam fazer bingo com os internos no qual eram distribuídos doces. Isso que é assistência pedagógica?”, disse o professor e jornalista João da Rocha Freitas Neiva, que atuou três meses como educador social na insti-

tuição, em recente entrevista à *Folha de S. Paulo*.

Neiva foi um dos 700 educadores contratados em fevereiro pelo então secretário de Justiça e presidente da Febem, Alexandre de Moraes (ele exonerou-se do cargo em maio, logo após ser escolhido para compor o Conselho Nacional de Justiça). Moraes demitiu mais de 1.700 monitores, funcionários que acumulavam as funções de educar e zelar pela segurança das unidades. Segundo Moraes, o acúmulo de funções prejudicava o desempenho dos monitores. As funções foram, então, separadas – além dos 700 contratados para atuarem na pedagogia, outros 1.500 assumiram a área de segurança. O recrudescimento das rebeliões é apontado, por especialistas, como conseqüência dessa mudança, uma vez que os novos contratados não tinham experiência suficiente para executar a função – eles estavam na instituição há apenas um mês, em período de adaptação. Muitos dos recém-contratados não suportaram a pressão: em 3 meses, cerca de 185 educadores sociais, entre eles Neiva, pediram demissão.

Para Karyna Sposato, diretora-executiva do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e do Tratamento do Delinquente (Ilanud), as demissões não passam de uma medida “cosmética” e “isolada”. Em entrevista à REPORTAGEM, ela diz que essas ações não bastam para reformar o atual sistema, o qual classificou de “ineficaz, inoperante e violador dos direitos humanos”.

As Febems estaduais são uma herança do Regime Militar. Foram criadas em 1969 como braços da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funa-

bem), constituída cinco anos antes, cuja função era estabelecer uma Política Nacional do Bem-Estar do Menor sob a ótica da Segurança Nacional. Daí o tratamento policial dado aos infratores. A própria Funabem já havia herdado a estrutura do antigo Serviço de Assistência ao Menor (SAM), órgão submetido ao Ministério de Justiça e que tinha a função de manter presos os menores infratores. O SAM era constante alvo de denúncias de maus-tratos e criticado por não reabilitar os internos (o presidente-general Emílio Médici chegou a se referir ao SAM como “fábrica de monstros”, “escola do crime” e “sucursal do inferno”).

Nada mudou Do SAM para a Funabem, da Funabem para a Febem, pouco mudou. As diretrizes do ECA, por exemplo, não foram implementadas na maior parte dos Estados e os menores infratores continuam sendo tratada sob um ponto de vista, principalmente, repressivo. Na própria Febem paulista se vê, atualmente, grandes semelhanças com os presídios destinados aos adultos: há denúncias de entrada de drogas e armas e de que alguns internos recebem regalias por parte dos funcionários – já foram encontrados telefones celulares em poder deles, por exemplo.

“Do jeito que está, [a Febem] é vestibular para cadeia”. Essa é a opinião de um ex-educador social, mantido como refém durante uma rebelião no Complexo Raposo Tavares, em maio. O funcionário, que não quis se identificar, falou à *Folha de S. Paulo* sobre a falta de controle na instituição. “Os moleques podem tudo lá. Tem pivete de 16, 17 anos controlando tudo”.

Sposato acha que o caos da Febem paulista não será sanado enquanto a instituição mantiver o tratamento aos internos sob o atual modelo “prisional” e “repressor”, que muitas

vezes coloca em liberdades crianças e adolescentes “em condições ainda piores” das que entraram. Ela, como o padre Lancellotti, acha que a solução para a Febem passa, obrigatoriamente, pelo respeito pleno ao ECA.

Os dois especialistas citam como exemplo o que foi feito no Rio Grande do Sul. Em 2002, o governo de Olívio Dutra (PT) apresentou um Projeto de Lei à Assembléia Legislativa que previa a extinção da Febem local, com a criação da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (Fase-RS), que cuida dos infratores, e da Fundação de Proteção Especial, destinada ao atendimento de órfãos e vítimas de abandono dos pais. Melhor adaptada às exigências do ECA, as unidades da Fase têm tamanho reduzido (poucas têm lotação superior a 60 internos) e são regionalizadas.

Algumas das medidas anunciadas por Alckmin para a Febem paulista, como a construção das novas unidades, e outras já implementadas – como a que retirou da instituição, em 2004, o encargo de prestar assistência aos órfãos e abandonados – seguem o exemplo do que foi feito pelo governo gaúcho. Mas, segundo Sposato e Lancellotti, o grande diferencial entre a atuação dos dois governos é que no Rio Grande do Sul foi implementado um novo projeto pedagógico, adaptado às diretrizes do ECA.

Sposato elogia algumas atividades desenvolvidas por unidades da Febem paulista, como as de caráter social e esportivo promovidas. Mas, diz, esses projetos “isolados” não são suficientes – há a necessidade de implementação de uma política estadual, a ser adotada por todas as unidades. Como no caso gaúcho, em que a Fase tem suas ações definidas por um programa de medidas socioeducativas. Ela lembra que a instituição gaúcha passou por um processo de transição, que continua em curso, para se adaptar às diretrizes do ECA.

Para Sposato, esse processo de transição é uma possível saída para a Febem paulista. Um dos fatores que poderia complicar sua aplicação, no entanto, é que o governo paulista cuida de 6,5 mil internos, enquanto no Rio Grande do Sul eles são apenas 800. ■



Padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Menor: “O Estado de São Paulo está 15 anos atrasado” em relação à implantação do ECA